



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - SENA**  
Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830  
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Estudos Preliminares Nº 20/2022 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SENA

## **ESTUDOS PRELIMINARES**

### **CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO MULTIUSO E PRÉDIO DA SUGESQ NO COMPLEXO JUDICIÁRIO**

Os presentes Estudos Preliminares tratam-se da primeira etapa do procedimento de contratação de empresa da área de construção civil para executar a Construção do Auditório Multiuso e do Prédio da SUGESQ do Complexo Judiciário, localizado na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, 3509, Bairro São Raimundo, Zona Sudeste do Município de Teresina-PI.

O Estudo Preliminar encontra embasamento nos art. 20 e art. 24 da Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

"Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

- Estudos Preliminares; (...)
- Termo de Referência ou Projeto Básico.

Art. 24 Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes do Anexo III."

#### **1. FUNDAMENTO LEGAL:**

1.1. Lei nº 8.666/93, Resolução CNJ nº 114/2020, Decreto nº 7.983/13 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

#### **2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 24, § 1º, inc. I e II)**

A necessidade desta contratação se faz considerando a previsão do Plano de Obras, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, elaborado em atendimento à Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça.

A Construção do Auditório Multiuso e do Prédio da SUGESQ do Complexo Judiciário está relacionada na Tabela 10 (Prioridades para o Biênio 2021-2022) do Plano de Obras 2021-2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

O Auditório permite diferentes usos, podendo ser utilizado tanto para demandas internas do Tribunal de Justiça do Piauí, quanto para eventos externos. E tem o objetivo da excelência no atendimento ao público, aos seus desembargadores, magistrados e servidores, objetivando, também, a qualidade nos serviços prestados à sociedade.

Ademais, a presente contratação dá continuidade ao processo de modernização da estrutura física das unidades judiciárias da Capital e do Interior implementado nos biênios anteriores, contribuindo para aumento da produtividade de magistrados e servidores (público interno) e melhoria na prestação dos serviços à sociedade (público externo).

#### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 24, § 1º, inc. III)**

São requisitos da contratação:

- O critério de avaliação que fundamentará o certame será o de menor preço, desde que atingidas todas as exigências do Projeto Básico;
- O Preço da CONTRATADA não poderá ser superior aos preços da Planilha Orçamentária (Anexo 09), contendo o Custo Unitário e Custo Global;
- A execução deve seguir as especificações do Memorial Descritivo, Memorial Justificativo e Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (Anexos 06, 07 e 08), Projeto Arquitetônico (Anexo 16), Planilha Orçamentária com Cronograma Físico-Financeiro (Anexos 09 e 10) e demais Projetos Complementares de Engenharia (Anexo 19 e 20);
- A contratada deverá empregar mão de obra qualificada e materiais de qualidade;
- A contratada deverá possuir capacidade técnica (técnico-operacional e técnico-profissional) compatível com o objeto, de acordo com os critérios definidos no Projeto Básico;
- O prazo de conclusão dos serviços será de até 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos, com início de sua execução após a assinatura da Ordem de Serviço pelas partes;
- O regime de execução da obra será através de execução indireta por empreitada por preço global.

#### 4. ESTIMATIVAS DA CONTRATAÇÃO (art. 24, § 1º, inc. IV e VI)

O valor estimado do objeto é de **R\$ 19.889.156,06 (dezenove milhões, oitocentos e oitenta e nove mil cento e cinquenta e seis reais e seis centavos)**, de acordo com a Planilha Orçamentária (Anexo 09).

O custo global dos serviços a serem executados foi obtido a partir de custos unitários de insumos/serviços constantes na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mês de referência 02/2022 (com desoneração), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal.

Nos casos em que o SINAPI não oferece custo unitário de insumos ou serviços, foram adotados insumos da tabela ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe) ou tabela SEINFRA (Secretaria da Infraestrutura do Ceará), sendo apresentadas as respectivas composições de custos dessas tabelas (Anexo 15), e, quando possível, incorporados os custos de insumos constantes do SINAPI, de acordo com os artigos 6º e 7º do Decreto nº 7.983/13.

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 24, § 1º, inc. VII)

O objeto desta solução é a contratação de empresa da área de construção civil para executar a Construção do Auditório Multiuso e do Prédio da SUGESQ no Complexo Judiciário, localizado na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, 3509, Bairro São Raimundo, Zona Sudeste do Município de Teresina-PI, **para servir ao Poder Judiciário do Estado do Piauí**, conforme Projeto Arquitetônico (Anexo 16), elaborado pela Superintendência de Engenharia e Arquitetura - SENA e Projetos Complementares Executivos - Auditório (Anexo 19), elaborados pela empresa GPS Grid Power Solutions e Consultoria em Projetos Elétricos e Eletrônicos Ltda, através do Contrato Nº 112/2017, e e Projetos Complementares Executivos - SUGESQ (Anexo 20), elaborados pela empresa JP Engenharia e Consultoria, através do Contrato Nº 94/2021.

Os serviços deverão ser realizados no terreno com  $A=32.798,21$  m<sup>2</sup> e perímetro  $P=911,45$  m, pertencente ao Poder Judiciário do Estado do Piauí, localizado na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, 3509, Bairro São Raimundo, Zona Sudeste do Município de Teresina-PI, nas condições e demais solicitações descritas neste Projeto Básico e seus anexos.

O projeto é composto do bloco do Auditório com A= 3.005,63 m<sup>2</sup> com 5 (cinco) pavimentos (poço da orquestra, térreo, primeiro pavimento, segundo pavimento e terceiro pavimento).

Foi adotado o partido arquitetônico contemporâneo, sendo o bloco da edificação implantado paralelo e alinhado no sentido Leste-Oeste. O Auditório Multiuso abrigará: principalmente o auditório com assento para 1050 pessoas, locados no térreo e balcão para plateia no primeiro pavimento; sala dos desembargadores; cafeterias; recepção geral; bilheteria/cadastro; salas de som/vídeo e tradução; camarins; sala de ensaio; depósito técnico; fraldário e banheiros para público de forma acessível, depósitos para materiais de limpeza, racks e copa.

Esta setorização permitirá o uso mais eficiente dos mesmos, levando maior segurança e maior controle de acesso ao público e funcionários. O bloco Administrativo estará interligado ao Auditório por uma passarela, permitindo um controle e um melhor fluxo de pessoas entre os prédios.

O Auditório permite diferentes usos, podendo ser utilizado tanto para demandas internas do Tribunal de Justiça do Piauí, quanto para eventos externos. E tem o objetivo da excelência no atendimento ao público, aos seus desembargadores, magistrados e servidores, objetivando, também, a qualidade total nos serviços prestados a sociedade.

O projeto da SUGESQ é composto do bloco com A= 950,54m<sup>2</sup> com 3 (três) pavimentos, sendo térreo, primeiro pavimento e segundo pavimento. Foi adotado o partido arquitetônico contemporâneo, sendo o bloco da edificação implantado paralelo e alinhado no sentido Leste-Oeste. A SUGESQ terá ambientes para o funcionamento de todo setor de saúde do TJPI. Com 5 (cinco) consultórios médicos, 2 (dois) odontológicos, 2 (dois) de psicologia, 02 (dois) de nutricionista, ; fraldário e banheiros para público de forma acessível, depósitos para materiais de limpeza, racks e copa.

## **6. NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO (art. 24, § 1º, inc. VIII)**

Entendemos pela inviabilidade técnica e econômica de parcelamento do objeto, pelas razões expostas a seguir:

- O parcelamento implica em aumento dos custos diretos e indiretos, considerando que seriam necessários serviços de Administração Local e Canteiro de Obra para cada obra separada;
- O parcelamento gera conflitos de compatibilização dos cronogramas físico-financeiros e dificuldades no gerenciamento dos contratos. Em obras com serviços inter-relacionados (infraestrutura civil, instalações elétricas, hidrossanitárias, ar condicionado, cabeamento estruturado, etc), o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da obra;
- O parcelamento do objeto compromete a economia/ganho de escala, bem como a modulação e a padronização, já que diversas atividades se utilizam da mesma mão-de-obra;
- A opção pela aquisição de equipamentos/insumos em separado das obras civis pode gerar enormes transtornos para a Administração. Existindo atrasos no cronograma de quaisquer das parcelas do objeto, sobrevirão custos em face de depreciação, guarda, perdas e/ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, além de frentes de trabalho ociosas;
- A execução do objeto parcelado por vários contratantes aumentaria o risco de problemas na atribuição de responsabilidade pela garantia do bom funcionamento da nova edificação.

## **7. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 24, § 1º, inc.**

**IX)**

- Modernização da estrutura física das unidades judiciárias da Capital;

- Fornecer imóveis em condições adequadas à prestação jurisdicional, em especial no tocante à acessibilidade, sustentabilidade, segurança, infra-estrutura elétrica e dados, conforto térmico, etc;
- Propiciar às comunidades locais uma prestação jurisdicional com melhor qualidade, tanto no aspecto das instalações físicas, quanto em um melhor atendimento por parte dos servidores;
- Aumento da produtividade de magistrados e servidores (público interno) e melhoria na prestação dos serviços à sociedade (público externo).

## **8. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO (art. 24, § 1º, inc. X)**

Não é necessário capacitação ou treinamento no escopo do projeto em epígrafe.

## **9. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES (art. 24, § 1º, inc. XI)**

Não se aplica.

## **10. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

Os serviços deverão ser executados de maneira humanitária e legal, com foco na proteção do ser humano e na sustentabilidade do meio ambiente, a fim de preservá-lo e assim proteger a vida hoje, a médio e longo prazo, adotando boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras, cumprindo fielmente o PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que será entregue pela CONTRATADA;
- Os resíduos produzidos durante a execução dos trabalhos serão gerenciados de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações. A Contratada responderá, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização do TJ/PI, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, o transporte e a disposição final.
- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente a elétrica) e água;
- Boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- Lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- Orientações nos procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores dispostos para descarte.
- Evitar o máximo, o uso de extensões elétricas;
- Acender apenas as luzes de áreas que estiverem sendo utilizadas.

No projeto arquitetônico, buscou-se atender as demandas de conforto climático para a cidade de Teresina, através da setorização dos ambientes de maior estadia voltados para norte-sul, protegendo-os nos períodos mais críticos de temperatura de Teresina, plantio de várias árvores nativas no terreno para diminuir a temperatura do entorno, além de estimular a criação de um ecossistema sustentável às margens do rio Poty.

Ainda no tocante à sustentabilidade, os projetos complementares das edificações contemplam diversos itens, dentre os quais destacamos: sistemas de reuso de água, vaso sanitário com válvula de descarga com duplo acionamento, torneiras temporizadas, geração de energia solar fotovoltaica (76,05 kWp no total) e iluminação em LED, visando a economia de energia.

Por fim, cabe ressaltar que todos os prédios possuem plena acessibilidade, com rampas, elevadores, banheiros acessíveis, piso tátil, balcão de atendimento acessível, portas dimensionadas com os vãos adequados, entre outros itens presentes nas Normas da ABNT 9050.

### 11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 24, § 1º, inc. XII)

Considerando a necessidade da contratação já demonstrada nestes Estudos Preliminares, entendemos por sua viabilidade e razoabilidade, condicionada à disponibilidade orçamentária da Administração.



Documento assinado eletronicamente por **Samuel de Alencar Bezerra, Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista/TJPI**, em 29/03/2022, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Caio Medeiros de Noronha Albuquerque, Analista Judiciário - Arquiteto/TJPI**, em 29/03/2022, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo de Carvalho e Souza, Analista Judiciária - Engenheira Eletricista/TJPI**, em 29/03/2022, às 13:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **3120711** e o código CRC **782A7E18**.